

## DANÇANDO À RODA DAS MALINHAS DE MÃO Re-imaginar a cidadania através da amizade enquanto forma de luta

*Valerie Hey*

**Resumo** Este artigo procura desenvolver a nossa capacidade de pensar o “social” e assim o cívico, através do tema da solidariedade, ligação e diferença — as três condições principais da amizade. Desenvolvo esta perspectiva para que seja possível reconsiderar (e re-encantar?) a nossa compreensão da sociedade cívica. Em contraste com algumas das leituras dos “novos tempos”, adopto um foco sobre o processo de sociabilidade e interdependência, em vez da individualização ou individualismo, o que me permite conceber a amizade como “recursos de esperança” que podem revitalizar a nossa compreensão da cidadania como luta.

**Palavras-chave** Amizade, cidadania, género, feminismo.

### Introdução

Em primeiro lugar, penso que será necessário explicar o título à pessoa leitora. As “malinhas de mão” são utilizadas como metáfora complexa sobre a feminilidade, amizade e feminismo — analisador tanto da solidariedade como da diferença. Numa discoteca ou numa dança, as raparigas ou jovens mulheres colocam as suas malinhas de mão no meio da pista de dança, ocupando depois este território partilhado com música, conversa e dança. Este símbolo de bem-estar colectivo encobre a diferença, não só em relação à masculinidade (em Inglaterra poucos são os homens que possuem estes acessórios, considerados perigosamente continentais e/ou efeminados), mas o seu conteúdo contém, também, marcadores de diferenças entre mulheres e raparigas.<sup>1</sup>

Este artigo preocupa-se com algumas tensões relacionadas com as reivindicações de género, identidade e solidariedade, no contexto das teorias que trabalham a produção de mudança das relações sociais, nos Novos Tempos. Oferece argumentos acerca da importância crescente da amizade, incluindo o facto de se constituir, eventualmente, como fonte de sentido sobre novas formas de cidadania. A minha preocupação é articular argumentos em torno do jogo do poder no domínio privado, com questões mais vastas relativas à reformulação da cidadania, através de uma avaliação mais subtil das lutas políticas que caracterizam a amizade, o feminismo e as feminilidades. De um ponto de visto menos abstracto, o meu interesse é questionar se, na actual intensificação do nosso trabalho, estaremos ou não a pagar um preço

elevado. Será que estamos a negligenciar ou talvez a “profissionalizar” a amizade feminina?

### Sociologia, socialidade e o estado sólido: as estranhas relações entre o público e o privado, o pessoal e o político

Quando sugerimos que a sociologia da amizade tem coisas a dizer nos debates da cidadania e nas teorias da modernidade tardia, precisamos de recolocar o que para mim constituem alguns dos princípios básicos de uma análise feminista. Isto é necessário para localizar discussões recentes acerca dos novos tempos e, em particular, da natureza assumida pelo estado.

A problemática aqui apresentada diz respeito à melhor forma de pensar as várias relações entre o público e o pessoal/interpessoal no contexto político. Será que podemos explorar as implicações contemporâneas relativamente à forma como o privado é actualmente posto e disposto na política e nos discursos teóricos, e assim renovar a nossa compreensão da natureza genderizada da cidadania? Este desafio é uma forma de assumir as reivindicações do pós-estruturalismo feminista — ou seja, os níveis da experiência social privada/pessoal que são centrais à leitura das relações políticas de género e às dimensões públicas mais frequentemente reconhecidas de controlo social

### Recursos para ler a privatização da política

Até há pouco tempo, a amizade era um dos segredos mais bem guardados da sociologia, o que estava ligado à formulação do campo em termos das preocupações masculinas ao nível económico, político e cívico da sociedade — nomeadamente, o mundo competitivo do trabalho público. O conhecimento reflectiu esta distinção como uma divisão epistemológica, construindo o público como importante e o privado como trivial. As feministas consideraram isto coincidente com a abordagem da “narrativa dominante” (*master narrative*) em todos os sentidos da palavra. Além disso, se a sociologia procurou compreender o quadro mais amplo, a psicologia optou pela figura “inferior” do “indivíduo” numa paisagem e posição, o que, do ponto de vista dos cientistas sociais críticos, descontextualizava inutilmente o individual do social.

Paradoxalmente, agora a sociologia pós-moderna moveu-se para o nível micro — o sujeito do social transformou-se no destinatário privilegiado de maior atenção analítica, enquanto o nível macro recuou para “pano de fundo”, como o discurso incontestado da globalização. No entanto, tal como notaram muitas feministas, este movimento parece não ter sido acompanhado pela decisão de pensar esta “inversão”

através do feminismo. Por exemplo, a tese do risco e da “modernização reflexiva” invoca o “sujeito conhecedor (descentrado)” e reinscreveu os sujeitos “reflexivos”, que alegadamente calculam o seu futuro no seio de um projecto predominantemente neo-liberal de consumo, como individualização (Beck, Lash e Giddens, 1994). No entanto, as feministas têm muitas vezes questionado o reportório de definições, centrado no masculino, que suportou, e continua a suportar, a formação e a teorização da política contemporânea. Yuval-Davis (1997) sugere que abandonemos a distinção público/privado, substituindo-a por uma análise tripartida:

... (que seja capaz de) diferenciar entre as três esferas distintas do estado, da sociedade civil e do domínio da família, parentesco e outros relacionamentos primários (1997: 13).

Esta é uma solução radical que nos permite impulsionar o raciocínio heurístico feminista da descentração do estado, prestando igual atenção analítica ao papel do inter-pessoal — das “solidariedades horizontais” ou dos modos de sociabilidade vividos em mini-públicos. Nancy Fraser leva-nos mais longe ainda, ao questionar a noção de “político” como uma “esfera”, pois argumenta que:

Virtualmente, tudo pode tornar-se político, no sentido de ser politizado. Uma das lições fundamentais do feminismo é a de que os assuntos, que antes se pensavam como *quinta essência* do privado, foram subitamente politizados (Fraser, 2000: 202).

Novas e poderosas circunstâncias de uma centralização descentralizada (Bernstein, 1996) conferem possibilidade para novos modos de “controlo da conduta” pelo estado — a governamentalização (Rose, 1989) e, daí, para novas formas de contestação política que deveriam trazer ímpeto à nossa reflexão sobre cidadania e diferença. Pretendo sugerir que, sob o “comando à distância”, tem havido uma implosão orquestrada e motivada do domínio público/privado. Isto tem sido construído como, e através de, novos modos de governamentalização que materializam a sua regulação, quer pela tecnologização de formas de vigilância (Hey, 1999), quer pela psicologização do *self* (Rose, 1989).

Estas alterações nas técnicas de gerir o *self*, ou de conseguir que o *self* se “autocontrole”,<sup>2</sup> sugerem que o que necessitamos é de um conceito de “estado” muito mais plástico, bem como de um modelo mais flexível de sujeito. Resumindo, trata-se de uma abordagem mais sofisticada das relações do “sujeito” privado com o estado e as políticas públicas. Uma parte da minha argumentação deve-se ao recente trabalho sobre a natureza dos discursos contemporâneos do *New Labour* (Levitas, 1998). Ainda que estes discursos sejam específicos do Reino Unido e Inglaterra, a construção de um sujeito político desejável e indesejável é uma característica da política europeia e de um modo geral do discurso político.

### Novos sujeitos e novas sujeições políticos/as

No Reino Unido, mobilizam-se novos modelos de governamentalização em torno da formação — a exclusão social — que organiza a emergência de novos “grupos alvo” ou “sujeitos”. Aqui, as novas garantias para a acção baseiam-se nos quadros legislativos e nas políticas sociais que constroem os sujeitos da *underclass* moral (Levitas, 1998), através de uma ideologia caracterizada por Levitas como integracionista social (SID) e redistribucionista mínima (RED). A Terceira Via implica uma noção de inclusão como participação, através do campo económico. Existe um poderoso investimento, ideológico e político na construção do *self* como um agente económico racional. Este é um foco de atenção que impede a entrada de sinais de cidadania (incluindo outras formas de transição para a vida adulta), relacionados com as responsabilidades de prestação de cuidados ou com o trabalho não pago e, muito menos, com as identificações sexuais/sociais mais esquivas mas mais influentes e carregadas de investimentos e interesses (Bullen, Kenway e Hey, 2000).

Toda esta actividade ideológica dirige-se para construir novos sujeitos económicos sob o regime do *New Labour*, tal como é sugerido pela teoria política feminista (com o seu interesse no desejo, poder e controlo), o que explica a melhor posição desta teoria para compreender tal construção. Além disso, a confluência paradoxal entre os objectivos do feminismo e do *New Labour* (conquistas na educação e entrada nas profissões por parte das raparigas) deveria ser um alerta para nós, especialmente desde que sabemos que tais conquistas têm sido conseguidas sobretudo pelas raparigas e mulheres de classe média (Gregson e Lowe, 1994). As intersecções entre as agendas feministas, a construção da cidadania como sujeito consumidor (*consuming*) e as políticas geracionais da juventude (políticas também sexuais-relacionais) apontam para um espaço particularmente carregado de luta permanente pela regulação e reconhecimento do sujeito.

### O que são e como concebemos os novos tempos?

As questões acerca das culturas e formas juvenis das raparigas e as da relação com outros sujeitos da modernidade tardia, assim como o modo como são tratadas pelas políticas, indicam quanto é central a matriz relacional das vidas individuais, mas ao mesmo tempo insuficientemente conceptualizada. Como outros notaram já, esta é uma grave lacuna, dada a intensa e crescente importância da natureza da rede das relações sociais, tecnológicas, económicas e políticas (Castells, 1996; Kelly e Kenway, 2001). Em vez disso, há várias formas contrastantes e igualmente insatisfatórias para reflectir acerca das condições da modernidade tardia.

A teoria pós-estruturalista feminista oferece alguns conceitos vitais para esta tarefa de iluminar a compreensão das possibilidades e restrições no emaranhado das redes — de poder, desejo, diferença, subjectividade, políticas das emoções —

conceitos que funcionam como ferramentas “realmente úteis” sobre a continuidade da regulação da experiência social (e das regularidades), em condições de subjectividade descentrada. A recente aplicação da ideia de Kelly e Kenway (2001) da “sociedade em rede”, ao estudo localizado da natureza das “transições juvenis”, desperta-me para o seu potencial, no sentido de apontar uma conceptualização útil sobre novos vectores de poder e de desapossamento (*powerlessness*). A análise das autoras observa quer o espaço, o lugar, o tempo, os vencedores e vencidos da reflexividade, quer a mobilidade e mobilização dos recursos que permitem às pessoas um acesso diferencial a diversos tipos de redes não confinadas geográfica ou culturalmente.

Penso que estas ideias são importantes para se compreender o novo terreno das redes da cidadania. Interessa-me a mediação interpessoal de certos tipos de redes pessoais, como a da amizade (uma forma complexa de capital social), no interior da lógica distorcida mais ampla de uma sociedade em rede. No entanto, ironicamente, a teoria sociológica convencional privilegia uma focagem na individualização e no pressuposto demasiado literal de autonomia ou individualismo, o que é sintomático da falta de uma análise de género.

### Estranhos consumidores

Na ordem social retratada na obra *New Times* de Bauman, encontramos vários cenários catastróficos — de almas perdidas vagueando nas grandes superfícies desincorporadas do consumismo pós-moderno, sem obrigações. Desprovido de vínculos sociais e de reciprocidade — o vazio é, aparentemente, o preço da liberdade que a sociedade pós-tradicional cobra. A noção de governação de Bauman é uma *intrusão íntima* e forjou uma liberdade paradoxal:

agora somos todos livres, mas dentro das nossas próprias prisões, das prisões que cada um/a constrói livremente (Bauman 1995: 114).

Bauman vai desbastando o terreno em torno da mudança das condições de ausência de profundidade — e do vazio moral, que o autor vê como o coração da cultura contemporânea de estranhos e do sujeito masculino alienado. Noutro texto, escrevi acerca do sujeito desgenderizado, i.e. “masculino”, aqui invocado, contrastando com as estratégias heurísticas de vida, utilizadas para ler os novos tempos — que caracteriza o vagabundo, o *flaneur*, o jogador e o turista. Tal como foram descritos, estes sujeitos vivem no exterior da socialidade, fora do lugar, da história e quase fora de tempo. Nesta abordagem, não se oferece nenhum tipo de termo que tenha a ver com ligação:

Que aconteceria a este pressuposto pós-moderno de um “projecto de *self*” individualizado, que sugere que as reivindicações de autonomia das raparigas e mulheres são

instáveis, contestadas e inseguras? As críticas feministas da cidadania demoliram a conceptualização desgenderizada do seu sujeito liberal (Yuval-Davis 1996). Assim, a posição das mulheres no des/emprego (a vagabunda) ou como consumidora na economia de mercado livre (a ociosa ou a jogadora) não podem ser lidas de forma não problemática separada da posição dos homens. Por outras palavras, o pós-modernismo é diferente para as raparigas (Hey 1999: 237).

Se o que estamos a observar é o crescimento do pressuposto ideológico do sujeito como autónomo — uma posição inscrita no neo-liberalismo e em algumas versões da Terceira Via, é necessário verificar até que ponto este pressuposto está a ser suficientemente interrogado pelas críticas à modernidade tardia. Em minha opinião, a perspectiva do *New Labour* relativamente ao sujeito “responsável” é mais parecida com a dos seus críticos hostis, do que seria desejável ou defensável. O que parece central para ambos é o pressuposto do sujeito soberano. Por outras palavras, o sujeito que tem sido objecto da crítica feminista (Pateman, 1992). Precisamos de rearticular a nossa percepção, para que possamos insistir no social e no sociável, nas abordagens relacionadas com a diferença social na modernidade tardia. Pois até os sujeitos “modernos tardios” vivem em comunidades.

Giddens oferece a argumentação mais optimista sobre as potencialidades das formações pós-tradicionais — a sua leitura sugere um afastamento das obrigações, em direcção às novas formas de relações sociais socialmente democráticas.

### Intimidades transformadas

Contrastando com a ênfase colocada nos *selves* livres e singulares, o trabalho de Giddens é muito mais comprometido com a natureza mutável das relações sociais. As reivindicações situadas sobre as “transformações” da vida pessoal (Giddens, 1993; Pahl, 2000) recorrem às versões mais fascinantes da tese da sociedade de risco (Beck, Giddens e Lash, 1994). Aqui encontramos um reconhecimento das influências do feminismo e da mudança demográfica na natureza do contrato sexual/económico entre homens e mulheres. O argumento é o de que existe uma oportunidade para refazer um conjunto de práticas relacionais mais democráticas entre homens e mulheres, crianças e educadores/as. Giddens, a partir de uma perspectiva política de vida democrática, oferece a melhor tentativa do Reino Unido, para pensar a política e as implicações políticas dos Novos Tempos até às suas últimas consequências (Giddens, 1993). Argumenta a possibilidade do aumento das “relações puras” — aquelas que não se baseiam na obrigação mas na reciprocidade e confiança, que indicam uma democratização do interpessoal.

Pahl salienta também a pluralidade das formas sociais-interpessoais (Pahl, 2000). Num mundo de instabilidade doméstica, de altas taxas de divórcio e de alteração da base material da “transição” dos jovens para dentro e “para fora” do ensino superior, de formação mais avançada, de emprego de curto prazo (*short-term*

*portfolio work*), e de “carreira” de projectos, torna-se evidente que a “família” já não desempenha (se alguma vez o fez) um papel único, por vezes nem sequer o principal, na socialização ou na vida emocional e financeira. Hoje em dia, os jovens podem, de facto, confiar muito mais nas certezas dos seus pares. Por exemplo, Pahl, pronuncia-se acerca do trabalho crucial da amizade nas formas de aliança e de apoio que podem substituir as formas familiares “tradicionais”.

Tal como já referi, “a dependência, a repetição e a compulsão” (Hey, 1999) parecem marcar a problemática pós-moderna masculina de Bauman — enquanto o optimismo de Giddens encara uma maturação relacional democrática das relações interpessoais, discordando dos resultados das investigações menos sonantes sobre o divórcio e a ausência de segurança contra o abuso sexual de crianças.

Assim, na minha opinião, estas formas contrastantes (pessimistas ou optimistas) de pensar o relacional, chocam por serem limitadas, sobretudo, mas não só, porque possuem uma base de evidência débil. Isto nem sequer parece articular a *complexidade* das lutas e das *contendas* nas relações contemporâneas, embora ambas as interpretações apontem importantes questões acerca da moralidade social das relações no trabalho, no lar e na sociedade cívica, em tempos transformados e transformativos.

Necessitamos claramente de uma linguagem de análise capaz de mostrar o social e o interpessoal como facetas importantes do social e, assim, cruciais para as discussões sobre a democracia e a cidadania. Penso que o pós-estruturalismo, neste aspecto, marca pontos, pela plasticidade e capacidade de teorizar a subjectividade e a forma como esta é produzida em termos de feminilidades e masculinidades classizadas e sexualizadas, relativamente a determinadas estruturas sociais. A partir de uma perspectiva pós-estruturalista, somos agora capazes de compreender que as formas de amizade e de intimidade social são centrais para as vivências dos sujeitos sociais nos Novos Tempos.

Jane Kenway caracteriza o que para mim constitui a mudança necessária. A sua formulação implica que devemos procurar teorizar o material e o social, de tal forma que se expressem um *com* outro como opostos ao *passado*, para captar completamente as condições vivenciadas na modernidade tardia. A autora defende:

uma dificuldade particular com que todos os comentadores se deparam é a de conseguir a melhor forma de compreender a relação entre as grandes mudanças materiais e estruturais com as estruturas mutáveis do sentimento e com o quotidiano. É necessária uma teoria que considere o relacionamento entre influências globalizantes e disposições pessoais, ou seja, das condições reordenadas da vida individual e colectiva (Kenway, 1999: 3)

### **Somos e não somos raparigas: DNA, uma nova metodologia possível para explorar a cidadania**

Até agora, uma das questões por resolver, no seio do feminismo e entre aqueles que utilizam um vocabulário inspirado no pós-estruturalismo, é encontrar uma metodologia capaz de agarrar a importância da relação entre o estrutural, o social e o cultural. Pretendo referir que necessitamos de uma forma de análise de discurso que seja sensível aos sujeitos, à produção das posições sociais e das subjectividades, sem que se anulem mutuamente. Tenciono argumentar que se as reivindicações da individualização são representadas como caminhos genderizados, então é importante salientar como os sujeitos vivem ou compreendem a possibilidade de autonomia como agência, dentro dos diferentes tipos de redes.

A Análise Discursiva em Rede (Discursive Network Analysis [DNA]) compromete-se nesta compreensão do sujeito enquanto sujeito em rede, observando as práticas de pertença/exclusão/inclusão e os rituais sociais de *ser membro*, que surgem e se constituem como condições de identidade/poder/desapossamento. Quando desenvolvi este tipo de análise pela primeira vez (sem o benefício de um “modelo” explícito de um sujeito em rede) foi no contexto de uma etnografia que focava a cultura e a diferença social das raparigas (Hey, 1997; 2001). Fundamentei-me numa leitura pós-estruturalista feminista dos estudos culturais e educacionais, e explorei como os discursos das raparigas eram produzidos, através de gramáticas genderizadas, classizadas e racializadas da hegemonia cultural. Argumentei a existência de “coincidências” sistémicas ou articulações entre subjectificação das raparigas umas com as outras (o micro) sob condições dominantes de (heteros)sexualidade, divisões de classe e supremacia racial (o macro).

### **Grupos de raparigas semelhantes e diferentes**

O trabalho que fiz sobre a amizade (Hey, 1997) foi uma etnografia feminista acerca do mundo “privado” das amizades das raparigas. Questionei tanto a teorização tradicional da amizade como medida de “saúde” psicológica, como o trabalho feminista sobre a amizade feminina como forma de “resistência”. Utilizando conceitos pós-estruturalistas, tais como o desejo, a diferença e a subjectividade, para desvendar a complexa teia de significados usados pelas raparigas nas suas redes de amizade, problematizei explicitamente a natureza da relação entre o público e o privado na escola.

No meu trabalho comecei por utilizar ou tentar utilizar a teoria subcultural. O “campo” recusou-se a conceder troféus empíricos subculturais (Skeggs 1994). Miles e Huberman (1984: 38) aconselham:

É muito raro uma estrutura de amostragem inicial sobreviver à adorável imperfeição e intratabilidade do campo. Tem de ser domesticada e reestruturada.

Efectivamente, o meu campo estava repleto de “adoráveis imperfeições”. Por fim, tive de abandonar a minha pretensão e construir uma análise da cultura mais descentrada e focada nas raparigas. Tinha uma grande tarefa pela frente, dada a conceptualização predominantemente masculinizada de cultura, desde Clifford Geertz (1973) até Raymond Williams (1989), passando por Antonio Gramsci (1971) que tinha pouco a dizer a respeito da produção cultural através da sociabilidade.

Mas eu pretendia uma abordagem da cultura que me permitisse falar acerca do que presenciei, aquilo que a amizade faz na mediação do social como diferença. As minhas influências a este nível foram, por um lado, Jane Miller com a sua crítica a Gramsci e, por outro, teóricos culturais de esquerda (Miller, 1989). Outras escritoras que também me inspiraram foram feministas como Carolyn Steedman (1986), Annette Kuhn (1995) e Valerie Walkerdine (1985). O material autobiográfico que trabalharei acerca do desenvolvimento das raparigas (da classe trabalhadora) ecoava na minha própria experiência, o que me fez reflectir bastante em relação à teorização da experiência social das raparigas que analisei. Era precisamente acerca dos espaços íntimos, domésticos, maternais e intersticiais da diferença social que eu pretendia pensar. Compreendi que a especificidade da feminilidade consistia no facto de ser produzida, principalmente, contra a manifestação pública da masculinidade, como superfície e estilo.

Por definição, o trabalho etnográfico compromete-se com relações sociais e seus respectivos sentidos culturais. Os seus principais dados consistem em formas de experiências sociais, que são: apreendidas; sentidas; incorporadas e comunicadas no campo, entre sujeitos e entre a investigadora e os seus “Outros”. Na minha amostra, fazer amizades implicava a projecção ontológica no *outro*, de modos estigmatizados de identidade. Por exemplo, as raparigas da classe média produziam-se como respeitáveis e “chiques” contra as “outras”, as “grosseiras” (*tarty*) da classe trabalhadora. As raparigas brancas da classe trabalhadora utilizavam discursos de raça e reputação para reinscrever noções de “pureza” branca (no sentido sexual e racial da palavra). Como tal, esta regulação recolocava os discursos da comunidade, sustentados pelos pais e irmãos de classe trabalhadora, que vigiavam as fronteiras linguísticas (e reais) das aventuras sexuais, imaginadas e temidas, das suas irmãs/filhas. Eu pretendia uma forma de análise que estabelecesse o relacional num cenário sexual — político — que tentasse desvendar como o sentido íntimo de pertença levava a formas problemáticas de poder, enquanto inclusão e exclusão. Ser uma das “nós” ou das “outras” significava fazer escolhas sobre o que dizer acerca das “outras” raparigas, que eram diferentes ou construídas para representar a diferença. Todavia, isto era sempre entendido como articulado ou ao abrigo dos discursos mais vastos de poder patriarcal. Prossegui, de modo a descrever esta forma de captar a rede de sentidos, emoções, alianças e exclusões como uma Análise Discursiva em Rede (DNA). Formular este tipo de leitura implica uma prática desconstrutiva, que se focaliza no texto e no contexto. Esta é uma postura analítica que

registra os termos do seu próprio ponto de partida na construção da análise, sem deslizar para uma falácia textualista-cultural (Cohen e Ainley, 2000).

A DNA tem sido marginalmente influenciada pela anterior abordagem dominante da *análise em rede*, desenvolvida por Granovetter (1982). Mas, conceptualiza as redes operando a diferentes níveis, incluindo o microssocial, através da observação de como o nível discursivo funciona como prática material. É interessante reconhecer, aqui, como as relações discursivas estruturam limites a algumas colectividades constituídas, como horizontes de possibilidade, sem deixar de ter em conta aqueles indivíduos capazes de “trocar posições”.

Esta análise assume as práticas comunicativas como lutas sobre o significado, a produção e a tentativa de fixação da experiência *como* diferença social. Uma preocupação central destas práticas era a “normalidade”. A regulação discursiva da identidade girava em torno destas necessárias “diferenças face aos outros” (Hall, 1992). Estes significados estavam a ser literalmente escritos em cima e acerca de diferentes tipos de corpos — os estilos heterossexuais “óbvios” da classe trabalhadora eram codificados como “atractivos” (*jailbait*)<sup>3</sup> e desvalorizados as maneiras e o “bom gosto” da classe média — estigmatizados como “assexuados”. A minha leitura das relações em rede das raparigas compreende as sequências interpessoais como estratégias pelas quais as raparigas indexavam o “social” na socialidade. Que distinções delineavam, com que base e finalidade?

A DNA interessa-se tanto pela invisibilidade e exclusividade, rejeição, aceitação, estigma ou vergonha, como pelo mapeamento dos arranjos sociais reais. Tais vectores de experiência social são centrais mas marginais. São tão óbvios e banais no intercâmbio social, que passam despercebidos, como o que fazem as “tribos”. Para além disso, a sua natureza inteiramente genderizada faz-nos olhar “através” deles, mas não ver o funcionamento de poder aí imposto.

Um dos principais pontos de viragem no meu estudo de observação participante foi a minha percepção da importância sociológica dos “bilhetinhos” das raparigas. Eram o oposto de informação — eram mais “anti-informação”. Tendo em conta os meus objectivos, os “bilhetinhos” marcavam uma reivindicação subtil, num espaço público dominado por outros poderosos controladores (ex.: docentes e rapazes). Num nível mais pragmático, os “bilhetinhos” facultaram um registo histórico, relativamente às lealdades mutáveis das raparigas; registavam também as lutas que as raparigas travaram para se tornarem no tipo “certo” de rapariga — aceite pelas suas comunidades discursivas.

*“Cartas comerciais”*: combinações de planos

“Bilhetinhos” de “recrutamento” — por exemplo — a Jude recordava-se de um “bilhetinho” que escrevera na escola primária:

Queres ser minha amiga? — coloca no quadrado, sim ou não.

Comentários Críticos: observações severas acerca dos pais, vida familiar,

professores/rapazes e namorados — temas de fuga, de sedução, por exemplo, um “bilhetinho” da Carol para a Liz:

Querida Liz,  
Não quero mais saber desta porcaria de casa, vou-me embora, não te esqueças.  
Quando tiveres 16 anos também o vais fazer. Queres vir?  
Beijinhos, Carol.  
Desculpa lá a tinta vermelha, mas foi a única que consegui encontrar.

E numa outra carta, Sally consola a amiga Nina sobre as maldades dos homens, ecoando um conjunto de outros “saberes ilícitos” partilhados (Prendergast e Prout, 1980) acerca da sabedoria das raparigas e do intenso investimento na heterossexualidade:

Querida Sally,  
Gosto muito dele, sabes que sim. Quem me dera nunca ter começado a andar com ele, porque quando ele me ignora sofro muito... Sally, o Sr. Parkinson [o professor] está sempre a olhar para mim, o parvo. É tão estúpido!  
Adoro-te. Nina

A Sally respondeu:

Obrigado Nina. Sei que gostas muito do Jamie e sei que ele te faz sofrer, mas os rapazes não prestam.

### Construindo o sentido da experiência

Compreender a formação (e dissolução) das redes interpessoais oferece uma via para “testar” algumas reivindicações das grandes teorias actuais acerca do triunfo do “homem” neo-liberal, ou da possível emergência dos novos sujeitos sociais pós-tradicionais. Oferece-nos uma via para articular uma abordagem sociológica macro a uma outra micro, acerca da natureza mutável das relações sociais.

Sob condições de divisão social que permanecem, embora reconfiguradas, será que o leque de sentidos em torno da pergunta “quem somos?” (Skeggs 1997), ainda consegue localizar-nos relativamente à “diferença social” — aos nossos “outros” “inferiores” ou “superiores” — ou será que esses sentidos constituem novas identidades híbridas ou articulações no local? (ver Hall 1996)

Enquanto a minha utilização inicial desta forma de análise de discurso se focalizava nas redes voluntárias — i.e. amizade e socialidade no domínio informal —, o meu interesse analítico esteve sempre voltado para a linha que o poder percorria, ao circular do estrutural para o cultural através do social e vice-versa. Por outras palavras, o meu interesse residia nas redes históricas das relações de poder.

Esta posição tenta compreender a construção das identidades e das subjectividades, incluindo o facto de que as identidades não são nem estáticas, nem unitárias, nem não contraditórias, antes produzidas/negociadas e alteradas, em relação umas às outras, no interior de estruturas identificáveis, reguladoras e interligadas do capitalismo, da dominação masculina ou das hierarquias raciais (Fine, Weiss, Powel e Mun Wung, 1997). Num outro artigo, Melanie Mauthner e eu argumentamos que:

é esta capacidade, desenvolvida para teorizar de que forma as relações estruturais de poder são asseguradas através de matrizes de interacções individuais, interpessoais ou colectivas, que demarca as características distintivas de uma análise pós-estruturalista. Uma característica chave do pós-estruturalismo feminista é, por isso mesmo, a sua insistência em ler como as nossas identidades estão *envolvidas* na produção e reprodução quer das relações sociais, (incluindo as sexuais, de classe, raça e idade), bem como das relações económicas (Mauthner e Hey, 1999: 68).

O termo rede invocado nos discursos da teoria sociológica encontra-se, também, na ciência política, onde as redes são concebidas a outro nível, como formas políticas de organização e mobilização, envolvidas nos debates, na gestão e na implementação das políticas (Marshall, 1999). Resumindo, as redes específicas não possuem apenas uma força ideológica, mas também força legislativa formal. No entanto, se pensarmos nos dois quadros em conjunto (de um lado, o local, informal e interpessoal e, do outro, o formal, posicional e político), poderíamos considerar quais seriam as formas de relações de identidade de trabalho/conhecimento/poder promovidas no seio das redes políticas e das redes práticas? Quais as formas de pertença que seriam reconhecidas ou ignoradas? Quem estaria posicionado como transmissor, receptor ou demonstrador das novas formas de saber e conhecimento?

Como abordagem, este termo pode e tem sido adoptado para explorar a noção de ser membro de uma comunidade assente no poder-conhecimento (Hey, 2001). A DNA pode ajudar-nos a configurar as matérias relacionadas com o modo como estamos para poder compreender o social e o seu "governo". No que respeita ao Reino Unido, e no contexto dos discursos políticos da Terceira Via, centrados na cidadania, na construção da capacidade social e na juventude, podemos analisar o modo como são conduzidos os debates acerca da cidadania jovem.

#### Quem são os sujeitos jovens da política? a rede discursiva da co-construção da juventude

Há uma "passagem" significativa, ainda que problemática, entre as imagens da juventude, passadas pelos media, pela cultura *pop*, pelo *New Labour* e pelas próprias auto-representações dos jovens. Esta contaminação de mensagens é função

específica da "mediatização" dos Novos Tempos — agora qualquer pessoa pode ser "famosa por um quarto de hora". O crescimento dos modos de auto-imaginação — auto-expectativa é exponencial, o que se relaciona com importantes mudanças no centro de gravidade social, económica e cultural — agora que o pessoal é absolutamente central para o capitalismo consumista. No que diz respeito às representações da "juventude", a dialéctica é a do medo e ameaça. Num certo sentido, tal como Cohen e Ainley nos recordam (1999), esta foi sempre a narrativa dominante de juventude, mas o que é notável é a *intensidade* do actual imaginário social sobre a juventude, aqui como abordagem sobre o comportamento masculino desviante: por um lado, agressivo, anti-autoritário, criminoso, rude (*hooligans* do futebol, *gangs* racistas, grupos de assaltantes de automóveis, vândalos, embriagados, vadios), em resumo, violência; e por outro, juventude como amoralidade hedonística (drogas, *raves*, festivais, actividades de lazer fúteis), o prazer como perigo.

Uma forma de ler esta grande ansiedade é através do discurso dos "riscos". Na "sociedade de risco" (Beck, 1992), o que está em jogo é assegurar percursos educacionais, por isso "o outro" nesta perspectiva é o jovem "não educável", chamado "o zero à esquerda" (status zero), a quem se dirigem os vários discursos de exclusão social, que vão desde o "insucesso escolar dos rapazes", aos "pais adolescentes" ou aos *hooligans*.

Teoricamente, as raparigas são também "juventude", mas são o lado reprimido e "marcado" do termo. Os significados morais das raparigas estão localizados num outro par de discursos binários: um positivo (ainda que problemático do *girl power*, materializado em temas que têm a ver com o crescente sucesso académico e aspirações de carreira) e um discurso patologizante sobre a maternidade adolescente. No primeiro, evidencia-se a repressão da diferença das raparigas, no último, é precisamente a sua incorporação desviante que liga a sua feminilidade condenável a questões de sexualidade condenável, de sociabilização familiar disfuncional e da esfera privada. Isto é sobretudo visível na tese do "ciclo da privação", onde é defendido que as mães adolescentes reproduzem as falhas das suas próprias mães.

As raparigas podem preocupar-nos, mas não são uma ameaça imediata à nossa segurança pessoal. Existe um discurso aliado, acerca dos excessos das raparigas, sugerindo que o feminismo tem "contaminado" as raparigas, tornando-as semelhantes aos rapazes. Ocasionalmente, emergem estórias sobre violentos "*gangs* de raparigas", mas é sobretudo a leviandade sexual de algumas raparigas sem aspirações que caracteriza o pânico geral. Os medos face aos rapazes estão centrados num medo *físico*. Relativamente às mães adolescentes, a ansiedade é uma preocupação mais atávica com a sexualidade feminina como predatória e como "outra", face à racionalidade da masculinidade.

Os discursos públicos dominantes acerca da juventude são ainda bastante diferenciados em relação ao género, embora as mudanças no posicionamento das raparigas a nível educacional e laboral e das arenas profissionais indiquem que as raparigas estão a preparar-se, através de configurações mais complexas de carreira e de orientações pessoais, para enfrentar os Novos Tempos. Estes contrastes binários não apenas contradizem as complexidades das "transições" juvenis — um frágil termo não só para descrever os movimentos para dentro/fora/atraves do leque de

oportunidades de trabalho, educação, emprego e carreira, mas também para dar conta das várias e complexas transformações de género e de classe. As raparigas aparecem (quando aparecem) apenas como uma categoria problemática, no contexto de preocupações com a sexualidade. Tem sido esta a sua localização extremamente tradicional.

### Cidadãos consumistas, a Comissão contra a Exclusão Social e Juventude

No Reino Unido, a resposta política ao risco foi a criação de uma Comissão contra a Exclusão Social (Social Exclusion Unit) ao mais alto nível, que respondia directamente perante o Primeiro Ministro ([www.cabinet-office.gov.uk/seu/](http://www.cabinet-office.gov.uk/seu/)). Inicialmente dirigia-se às questões da juventude de “status zero”, dos sem-abrigo e dos pais adolescentes. Actualmente os seus novos alvos são “os jovens fugitivos, a juventude desafectada e os jovens delinquentes”. Estas categorias sociais são, por um lado, os diversos tipos de sujeitos, face ao que Ruth Levitas denominou de incipiente discurso moral *underclass* no seio do comunitarismo e, por outro lado, diferentes formas de sujeição (*subjects*) desse mesmo discurso. Jacqueline Rose teorizou a arrogância do *New Labour* como um apelo aos desejos recriminatórios punitivos para “nós” agirmos com responsabilidade. Tal como a autora refere, ao comentar a legislação proposta para que os pais se responsabilizem pelos comportamentos desviantes dos seus filhos (vadiagem e não cumprimento da lei):

O que se pode fazer em relação ao facto — que todas as invocações à severidade parental deveriam ter em conta — de que a voz que nos pede para sermos simpáticas/os pode não ser uma voz simpática? (Rose, 2001: 40).

É mais a escalada do discurso do pânico moral e o crescendo de respostas políticas, e não tanto as representações públicas ou a ideia de que há falta de respostas políticas, que se ligam às evidências empíricas da investigação e deixam de fora as “vidas reais”. Mas existem alguns aspectos sobre os quais vale a pena reflectir. Os espaços poderosos da cultura e do consumo (Kenway e Bullen, 2001) oferecem novas configurações para marcar e construir formas juvenis do *self*, incluindo a da juventude cidadã. Estas formas, com a sua associação à “escolha”, liberdade e individualidade propõem uma prática agradável de auto-invenção individual, que não é aparentemente controlada por adultos ou instituições de regulação. Teoricamente pode-se fazer e ser o que se quer.

Apanhados entre a intensificação da competitividade educacional e sua extensão para a “aprendizagem ao longo da vida”, muita da juventude recém-chegada à economia, ou ainda dependente, é induzida a dispor os seus capitais sociais, educacionais, económicos, culturais e simbólicos em biografias altamente individualizadas. As opções para os que têm menos vantagens materiais continuam menos apelativas (Roberts, Clarke e Wallace, 1994).

Embora os discursos políticos acerca da cidadania permaneçam encravados num procedimento simplista, as pedagogias lúdicas sobre a mudança social (como advogavam Kenway e Bullen, 2001) mantêm-se afastadas das agendas dominadas pela dupla educação-empregabilidade. Entretanto, as subtilidades da mudança social, incluindo as narrativas sobrepostas e frequentemente convergentes dos jovens, raparigas e rapazes, revelam mais cambiantes em histórias que poderiam apontar para diferentes possibilidades democráticas de vida. No entanto, o que se requer é a inserção em formas práticas educativas de discurso político sexual, que encoraje maneiras mais amplas de ser ou vir a ser. Isto parece ser especialmente importante nas comunidades “tradicionais”, onde se tem tornado crescentemente redundante o apoio a modos moribundos de masculinidade (firmeza física, chauvinismo), sobretudo nos locais de desindustrialização.

A amplitude das noções de *self* deveria ser central nas ideias sobre a construção de uma compreensão da natureza interdependente da cidadania, das relações sociais, de trabalho e interpessoais. Embora o carácter e dificuldade vexatória não se desvança por decreto ou boas intenções, a diferença deveria ser reconhecida em dois sentidos, como argumenta Fraser (2000), para incluir as diferenças de estatuto baseadas na economia e as que assentam na cultura/identidade.

Elizabeth Bullen, Jane Kenway e eu argumentamos que a estratégia da gestão-do-risco no discurso político do *New Labour* sobre as mães adolescentes, em vez de aliviar, agrava a situação de forma não intencional — fá-lo devido à incapacidade para reflectir acerca das políticas do desejo e das biografias sexuais como lugares de esperança e poder.

Aqui os discursos estigmatizantes de “excesso sexual”, de facto, interpretam mal os investimentos das raparigas na maternidade, na medida em que as jovens mães exprimem um compromisso com um modelo de sacrifício maternal — uma linguagem de auto-negação — que é precisamente o oposto da leviandade de que ideologicamente são acusadas. Por outras palavras, para algumas raparigas, o investimento nesta identidade tem um sentido racional, tendo em vista os futuros possíveis imaginados. É preferível ser uma mãe “tradicional” do que não ser ninguém.<sup>4</sup>

O que se deveria impulsionar era uma educação política em novos moldes em torno da identidade e da identificação. Assumindo a amizade como um modelo ou metáfora, as/os jovens poderiam ser encorajadas/os a reflectir acerca das suas lealdades e antagonismos como reflexão preliminar sobre os prazeres e sofrimento das diferentes formas de redes de pertença e seu oposto. Aqui a ideia é conceber a cidadania como reciprocidade, respeito e reconhecimento — uma nova forma dos três “R”.

### Que fazer? A capacidade cívica das intelectuais feministas

Se tentarmos compreender como os valores e as culturas do sector público estão a ser transformados, em particular através da formação de novas posições subjectivas,

então, a nossa experiência como académicas feministas pode mostrar-se salutar (Ozga, 1998: 143).

Mas se voltarmos a nossa atenção para o nosso próprio compromisso com a “diferença” ou com as novas formas de governação dos novos tempos, qual seria a nossa auditoria sobre nossa eficácia? Ou, alternativamente, a nossa própria prática de cidadania como académicas feministas? Como é que pensamos e exercemos a capacidade relacional e de sujeitos em rede na academia?

Evidentemente, as nossas respostas seriam condicionadas pelos contextos contrastantes. Por exemplo, estou a escrever este artigo a partir de uma perspectiva posicionada e posicional — a de uma mulher anglo-saxónica, branca, com uma profissão de classe média. A questão aqui não é “confessar” mas reflectir o que esta posição requer de mim e ao mesmo tempo aquilo que me permite. Apenas posso tocar ao de leve num conjunto de preocupações que são muito mais profundas e que estão para lá da heurística da minha própria construção de sentido da experiência pessoal.

### As “malinhas de mão” na academia

Não necessitamos de ensaiar a natureza da universidade na modernidade tardia, pelo menos no Reino Unido, Austrália e na maior parte do mundo anglófono. É fascinante a leitura da desconstrução da transformação do clube de rapazes da “velha guarda” para os novos rapazes do parque industrial “corporativo” (McWilliams e Hatcher *et al.* 1998, Marginson, 1997). Como encontramos tempo para teorizar essa desconstrução e ao mesmo tempo “vivê-la” é a minha questão! Embora a noção de “cumplicidade” não seja suficientemente útil, precisamente porque não consegue agarrar as complexidades da agência situada no interior das novas formações universitárias, deveremos trabalhar para assegurar alguns discursos de sentido colectivo ou colaborativo nas nossas redes, que unam mais fortemente as nossas sofisticadas teorias aos modos de activismo político.<sup>5</sup> Mas como é uma académica feminista dos Novos Tempos? É uma pessoa empenhada, investigadora e professora? Entrega-se por completo — chega cedo e vai embora tarde? A análise de incidentes críticos sugere que a incorporação eficaz das mulheres no mundo académico não foi gratuita. Como é que a amizade entre mulheres funciona aqui — desenrola-se a nosso favor ou contra nós e quais são as corretagens de poder social envolvidas nas comunidades epistémicas? Que significa hoje estar nestas comunidades epistémicas, onde é sedutor pertencer ao grupo *in*, mas onde pode ser alienante ser a recém-chegada que observa?<sup>6</sup>

Será que a tentativa de inclusão por parte de algumas feministas influentes teve como consequência a distanciação das *leaders* em relação às outras? Será que nas nossas localizações institucionais tomamos em consideração estas questões ou

estaremos demasiado ocupadas na construção de uma capacidade corporativa em vez de uma capacidade feminista?

Parece já não existir nenhum esconderijo para o heróico “intelectual orgânico” gramsciano, que tinha a modesta capacidade de trabalhar na sua comunidade local. Mas, tal como argumentei, se pretendemos revivificarmo-nos, necessitamos de conseguir religar-nos às discussões mais vastas sobre cidadania e políticas turbulentas sobre novas formas de governamentalização. Não é fácil manter as nossas políticas frescas e ainda quase não entramos nos debates sobre as alternativas à pedagogia do neo-liberalismo — tão avassalador é o monopólio do capitalismo consumista. Mas, tal como argumentam Robertson e Dale (2000), existem “estados de emergência” local, quando o mandato para a regeneração moral não é capaz de fornecer legitimidade ao projecto do “estado competitivo”. Aqui, emergem “pontos de tensão” (*hot spots*), à medida que os grupos capazes “de sair” (*exit*) o fazem, deixando os que estão em desvantagem económica entregues aos seus próprios expedientes, intensificando o risco de agitação social.

Em Inglaterra, a opção pela “voz” (Hirschmann, 1970) já foi suficientemente mobilizada por elementos de extrema direita para lembrar ao governo actual que as contradições do seu apelo à lógica do mercado e altruísmo comunitário necessitam de uma atenção constante. Isto deve também lembrar às feministas e a todos/as aqueles/as que estão envolvidos no projecto pela justiça social que, “o capitalismo fundido” (*molten*) é isso mesmo, constantemente capaz de reinventar capacidades de renovação e crescimento, o que requer que as condições sociais que estão fora do seu controlo directo também o façam. As questões da legitimação política e social são precisamente aquelas com que os críticos sociais se devem comprometer. Dizer que isto é o grande desafio de renovação para a esquerda e para o feminismo, agora que as “grandes narrativas” fracassaram, parece afirmar o óbvio. Os recursos e as fontes de legitimação, enquanto participação política, económica e cultural, têm de ser construídos sem que se repitam os erros anteriores. Precisamos de alguns novos sujeitos, “responsáveis”, talvez o modelo de inclusão fundamentado na amizade como o cuidar do *self* e do/a outro/a, em condições de diferença, possa trazer aquela pequena contribuição para os recursos da nossa reflexão. Poderemos revisitar o fazer de novas formas de associação feminista. Quando as raparigas do meu estudo lutavam, no interior das opressões de género e de classe, faziam-no posicionadas nos termos da sua auto“construção”, no seio dos termos dominantes. Não eram meras vítimas nem almas inteiramente irrecuperáveis, procuravam através de diferenças sociais de poder — uma outra — como escrevi anteriormente:

Resumindo, se é contra outras raparigas que as raparigas procuram medir-se num primeiro momento, então somos obrigadas a pensar como interromper/interrogar e envolver as raparigas numa crítica dessas mesmas comparações que são experienciadas como momentos de competitividade social e sexual vividos no privado.

A nossa questão aqui não é tanto a questão enganosa de Judith Williamson (1981/2) — “Como é que a rapariga número 20 compreende a ideologia?” — mas sim, como poderemos criar uma política feminista de educação que tenha em

consideração a reivindicação de que a rapariga número 20 vem a compreender-se a si própria na ideologia por oposição à rapariga número 21 (Hey, 1997: 140).

As implicações de tudo isto, para as raparigas e para nós próprias, consistem no desafio de recusar tornar-se sujeito inquestionável de subjectificações.

## Notas

- 1 Existe uma 'malinha de mão' para quebrar o gelo, muitas vezes nos cursos de gestão. Eu sugiro uma versão deste género para as académicas feministas — aqui suspeito que os conteúdos (poções, loções, comprimidos e receitas), ilustram uma etnografia do stress. Irei voltar a este assunto numa discussão posterior acerca da profissionalização do feminismo e da amizade.
- 2 No original, "managing the self or getting the self to 'selfmanage'". (N. da T.)
- 3 Jailbait: rapariga atraente muito jovem. (N. da T.)
- 4 No original, no-body. (N. da T.)
- 5 Estou orgulhosa por termos criado uma Associação de Género e Educação — uma nova plataforma capaz de responder às questões, mas mais importante ainda, capaz de fixar novas agendas.
- 6 Recordo sempre as primeiras digressões das conferências como um aspecto negativo da entrada para uma nova escola — o mal-estar psíquico de pertença/exclusão marcam profundamente. Serão os novos grupos que formamos tão acolhedores quanto necessitamos para construir e renovar os nossos grupos? Como é que lidam com a diferença e com a avaliação?

## Referências bibliográficas

- Bauman, Zygmunt (1995), *Life in Fragments*, Oxford, Blackwell.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society*, Londres, Sage.
- Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash (1994), *Reflexive Modernisation: Politics, Tradition & Aesthetics in The Modern Social Order*, Cambridge, Polity Press.
- Bernstein, Basil (1996), *Pedagogy, Symbolic Control and Identity, Theory, Research, Critique*, Londres, Taylor & Francis.
- Bullen, Elizabeth, Jane Kenway e Valerie Hey (2000), "New labour, social exclusion and educational risk management: the case of 'gymnastics mums'", *British Educational Research Journal*, 28 (4), 441-456.
- Castells, Manuel (1996), *The Rise of Network Society*, Londres, Blackwell.
- Cohen, Phil, e Pat Ainley (2000), "In the country of the blind?: youth studies and cultural studies in Britain", *Journal of Youth Studies*, 3 (1), 79-95.

- Fine, Michelle, e Lois Weiss, Linda C. Powell, e L. Mun Wung (1997), *Off White: Readings on Race, Power and Society*, Nova Iorque & Londres, Routledge.
- Fulcher, Graham (1989), *Disabling Policies*, Londres, Falmer Press.
- Geertz, Clifford. (1973), *The Interpretation of Cultures*, Nova Iorque, Basic Books.
- Giddens, Anthony (1993), *The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press. [tradução portuguesa de Rosa Maria Perez, *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta, 2001 (reimpressão)]
- Gramsci, Antonio (1971), *Selections from the Prison Notebook*, Londres, Lawrence & Wishart.
- Granovetter, Mark (1982), "The strength of weak ties: a network theory revisited", em P. V. Marsden e N. Lin (orgs.), *Social Structure & Network Analysis*, Londres, Sage Publications.
- Gregson, Nicky, e Michelle Lowe (1994), *Servicing the Middle Classes: Class, Gender and Waged Domestic Labour in Britain*, Londres, Routledge.
- Hall, Stuart (1992), "Race, culture and communications: looking backward and forward at cultural studies", *Rethinking Marxism*, 5 (10), 10-18.
- Hall, Stuart (1996), "Who needs 'identity'?", em S. Hall e P. Du Gay (orgs.), *Questions of Cultural Identity*, Londres, Sage.
- Hey, Valerie (1997), *The Company She Keeps: An Ethnography of Girls' Friendship*, Buckingham, Open University Press.
- Hey, Valerie (1999), "Reading the community. A critique of some post/modern narratives about citizenship and civil society", em P. Bagguley e J. Hearn (orgs.), *Transforming Politics: power and resistance* Londres, Macmillan in association with the BSA.
- Hey, Valerie (2001), *Third Spaces in the Third Way?: Dialogic Research and the Construction of New Knowledge Chains amongst 'socially excluded groups*, comunicação apresentada na The Politics of Gender and Education International Conference, Institute of Education, University of London April 4-6th.
- Hirschmann, Albert O. (1970), *Exit, Voice and Loyalty: Response to Decline in Firms, Organisations and State*, Cambridge, MA Harvard University Press.
- Kelly, Peter, e Jane Kenway (2001), "Managing Youth Transitions in the Network Society", *British Journal of Sociology of Education*, 22 (1), 19-33.
- Kenway, Jane (1999), *Education in the Age of Uncertainty: An Eagles Eye-View*, Specially Commissioned paper for Equity Section, Curriculum Division, Department of Education and Children's Services, South Australia, publicado pelo Centre for Education and Change, Geelong, Deakin University, Victoria 3217.
- Kenway, Jane, e Elizabeth Bullen (2001), *Consuming Children: Education/Entertainment: Advertising*, Buckingham, Open University Press.
- Kuhn, Annette (1995), *Family Secrets: Acts of Memory & Imagination*, Londres, Verso.
- Levitas, Ruth (1998), *The Inclusive Society: Social Exclusion and New Labour*, Basingstoke, Macmillan.
- Maignushca, Bice (2000), "Radical Academia, Critical Theory and Transformative Politics: An Interview with Nancy Fraser", *Imprints*, 4 (2), 197-212.
- Marginson, Simon (1997), "From cloister to market: the new era in higher education", *Journal of Tertiary Education*, 9(1), 51-63.

- Marshall, Cathy (1999), "Policy discourse analysis: negotiating gender equity", *Journal of Education Policy*, 15 (2), 125-156.
- Mauthner, Melanie, e Valerie Hey (1999), "Researching girls: a post-structuralist approach", *Educational and Child Psychology: Feminist Psychology Issues for Practice Feminist Issues and Education: Links to Professional Practice* (número especial), 16 (2), 67-84.
- McWilliams, Erica, e Caroline Hatcher *et al.* (1998), *Professional Identities: Remaking the Academic for Corporate Times*, Queensland University of Technology.
- Miles, Matthew, B., e A. Michael Huberman (1984), "Qualitative data analysis", *A Sourcebook of New Methods*, Beverley Hills, Sage Publications.
- Miller, Jane (1989), *Seductions: Studies in Reading & Culture*, Londres, Virago.
- Ozga, Jenny (1998), "The Entrepreneurial Researcher; reformations of identity in the research marketplace", *International Studies Sociology of Education*, 8 (2), 143-153.
- Pahl, Ray (2000), *On Friendship*, Cambridge, Polity.
- Pateman, Carole (1992), "Equality, difference, subordination: the politics of motherhood and women's citizenship", G. Bock, e S. James (orgs.), *Beyond Equality & Difference: Citizenship, feminist politics and Female Subjectivity*, Londres, Routledge.
- Prendergast, Shirley, e Alan Prout (1980), "What will I do...? teenage girls and the construction of motherhood", *Sociological Review*, 28, 517-36.
- Roberts, Ken, Stan Clarke e Claire Wallace (1994), 'Flexibility and individualisation: a comparison of transitions into employment in England & Germany', *Sociology*, 28 (1), 31-54.
- Robertson, Susan, e Roger Dale (2000), "Local states of emergency: managing problems of legitimation and control in education for competitive states", projecto em desenvolvimento, Towards a Theory of Education in Social Settlements: The emergence of competitive contractualism, financiado por Marsden Award, the Royal Society of New Zealand.
- Rose, Nicholas (1989), *Governing the Soul: Shaping the Private Self*, Londres, Routledge.
- Rose, Jacqueline (2000), "What does feminism want?", *Women; a Cultural Review*, 11 (1/2), 139-144.
- Slee, Roger, e Gaby Weiner *et al.* (1998), *School Effectiveness for Whom? Challenges to the School Effectiveness and School Improvement Movements*, Londres, Falmer Press.
- Steedman, Carolyn (1986), *Landscape for a Good Woman: A Story of Two Lives*, Londres, Virago.
- Walkerdine, Valerie (1985), "Dreams from an ordinary childhood", L. Heron (org, ), *Truth, Dare or Promise: Girls Growing Up in the Fifties*, Londres, Virago.
- Williams, Raymond (1989), *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*, Londres, Verso.
- Williamson, Judith (1981/2), "How does girl number 20 understand ideology?" *Screen Education*, 40, Outono-Inverno, 80-87.
- Yuval-Davies, Nira (1997), "Women, citizenship & difference", *Feminist Review*, 57, 6-27.

Valerie Hey é Professora de Educação, na Universidade de Brunel (Reino Unido). Tem co-dirigido pesquisa em variados campos ligados a políticas sociais, educação, segurança social e saúde, como por exemplo: os processos genderizados nas actividades de ensinar e na aprendizagem (Economic and Social Research Council) e processos de exclusão social nos padrões de apoio fornecido por autarquias a pais e mães adolescentes (Social Exclusion Unit). Tem publicado extensamente nos campos da sociologia, epistemologia feminista e nos estudos culturais. As suas publicações recentes incluem uma reflexão sobre culturas de relação: "Horizontal Solidarities and Molten Capitalism: the subject, intersubjectivity, self and the other in late modernity; Special Issue on Relationship Cultures, *Discourse: studies in the cultural politics of education*, 23(2) 2002, 227-241.